

Salvem o cruzado! Contenham o Governo!

~ Otávio Tirso de Andrade

O Governo tem em funcionamento uma "guitarra" verdadeiramente infernal. A fim de atender a gastos com a administração e o estatismo, não cobertos pela imensa arrecadação de impostos, emite títulos de dívida e os lança ao mercado a taxas crescentes, em concorrência ao crédito do empresariado privado. Nos dias de vencimento, o Tesouro paga os títulos com papel-pintado emitido pela Casa da Moeda. O M-T dos economistas (a moeda em poder do público mais os depósitos bancários) aumenta assim incessantemente, em velocidade inatingível pelo mercado produtivo, de lento crescimento ou até estacionário.

Acentua-se em consequência o processo de apodrecimento do padrão monetário. A medida que cresce o derrame das emissões sem lastro, decresce o respectivo poder de compra, o que torna o povo desesperado com a ininterrupta desvalorização do dinheiro de que dispõe. Não haverá saída para o impasse, se não quebrarem a "guitarra". Não é difícil compreender por que: os bens de consumo duráveis ou perecíveis não podem ser produzidos com a mesma velocidade com que o Governo defrauda o cruzado.

A situação não tem nada de complexa ou abracadabrante. A alta de preços é empurrada pela enxurrada de papelório de circulação forçada e pelas emissões de títulos públicos. O confucionismo dos economistas oficiais, ao opinarem a respeito da crise, é propositado. As frases pomposas a que recorrem visam mascarar a própria incompetência, quando não procuram disfarçar a montagem, em curso, de um Estado populista socialista totalitário.

Anunciar "liberação parcial de preços" em cenário como o acima descrito é uma verdadeira irrisão. Não há de ser entre as crepitantes chamas da fogueira inflacionária que alguém ou alguma instituição poderá efetivamente controlá-los. Mas há achincalhe maior. Tomando na devida consideração a demagógica "opção pelos pobres", do presidente Sarney, anuncia a Sunab que, não obstante o aumento da inflação, o feijão e o arroz permanecerão na tabela antiga! Era só o que faltava...

Que juízo faz o Governo da inteligência dos brasileiros? Não estão a ver os eminentes e conspícuos moedeiros falsos que a situação criada por eles próprios levará até o mais arraigado dos lavradores a mudar-se para o open-market, com armas e sem

bagagens e, inclusive, na companhia dos que já teriam sido agro-reformados sob os auspícios do Incra? Arroz e feijão a preços históricos?... Ora! Francamente!

Vejam esta conta: uma vaca está, hoje, a cerca de cinco mil cruzados. Ao fim de nove meses, ela poderá dar um bezerro cujo valor, ao nascer, chegará talvez aos três mil cruzados. Assim tornam-se necessários dez ou doze meses para o produtor "faturar" 8 mil cruzados. Anotem esta outra: o fazendeiro vende a vaquinha ao preço de agora e aplica os cinco mil cruzados no open. A sua receita mensal será muito maior que a do leite, pois andará em torno de 20% ao mês, líquidos, ou mil cruzadinhos limpos todo dia trinta. Nove meses após, somará 14 mil cruzados, no mínimo — e muito mais se os juros mensais forem reinvestidos! (5.000 + 9.000).

Nesse quadro, é possível impor tabelamentos à pecuária e à agricultura? É. Para liquidá-las.

A verdadeira causa da crise foi bem resumida em recente conferência pronunciada em São Paulo pelo Sr. Henry Maksoud, à qual tive o prazer de assistir (alguns gráficos da palestra constam do artigo "As pragas em nossa vida econômica", publicada em Visão).

"Enquanto a produção (o PIB) crescia menos de 7% nos dez meses de março a dezembro de 86, a inflação monetária chegava perto dos 300%. Nos dois anos, de janeiro de 85 a dezembro de 86, a expansão monetária foi maior do que 1.700% para um PIB total da ordem de 17%" — disse-nos o conhecido empresário, editor e comentarista de assuntos econômicos.

Como impor "congelamentos de preços" em tal situação? Só pode ser com intento perverso: o de insuflar a massa ignara contra a produção, o comércio, a indústria e os prestadores de serviço para facilitar a empreitada da demolição da liberdade.

A causa da alta de preços é a inflação provocada pelo esbanjamento do dinheiro por parte do Governo. A ordem pública exige austeridade nos hábitos, usos e costumes dos governantes, bem como a liquidação do maior número possível de empresas estatais. (A propósito: li outro dia que a famigerada Cobec, a estatal que deu centenas de milhões de dólares de prejuízo, estaria ainda em funcionamento. Será possível?). Não ocorrendo reforma no estilo da atual administração, o regime sucumbirá à anarquia — como é desejo de tantos, notadamente a extrema esquerda.

Ao tempo em que San Tiago Dantas era titular da pasta da Fazenda, certo dia foi ele procurado por diretores de grupo empresarial importante, os quais se faziam acompanhar por personalidade política de destaque à época. Os visitantes eram candidatos a um grande empréstimo, grande mesmo, naqueles tempos já longínquos. O professor preparara-se para a entrevista. Calma e polidamente, como era a sua maneira de conduzir-se, ouviu as razões expostas em todos os pormenores. Após o que tomou a palavra e disse: "— Meus caros amigos, o Banco do Brasil não tem "caixa" disponível para o empréstimo pretendido. Se o fizéssemos, as promissórias que os senhores levariam a desconto seriam transferidas pelo Banco à Carteira de Redescontos (não havia Banco Central), que também não dispõe dos recursos para a operação. A Carteira irá requisitá-los ao Tesouro Nacional. A este último caberá pedir-me autorização para fornecê-los. No caso de atender ao pedido, far-se-á emissão de moeda, a qual do Tesouro irá à Carteira, ao Banco e, finalmente, à caixa da vossa empresa. O que me pedem, portanto, é a autorização para uma emissão de papel-moeda em favor do grupo que representam. Como vêem, lamento muito, mas não posso dar meu acordo a uma causa destas."

Os tempos passaram. Adveio a era dos grandes negócios estatais. Os executivos das empresas públicas suplantaram o empresariado privado nos altos círculos do poder. A partir do governo Geisel, notadamente, ministro de Estado não podia opor-se às demandas de empréstimos internos e externos manifestados pelos arquidiques do estatismo. O resultado deu nisso que aí está, diante de nós: o Tesouro Nacional a honrar avais das dívidas externas contraídas e não liquidadas; emissões a jorrarem para permitir o "rolamento" de obrigações internas incomensuráveis.

A não ser que ponham termo a esse estado de cousas, inútil será propugnar o tabelamento das taxas de juros e o congelamento de preços e salários. O povo precisa compreender que a alta de preços, no caso brasileiro, não é a inflação; os esbanjamentos do governo e das estatais é que o são.

Até quando o Brasil viverá assim? Até ao dia em que chegarem ao Governo homens capazes de ver que o controle arbitrário de preços e salários não é sucedâneo de austeridade fiscal e rigor monetário.

Os participantes do mercado sempre consideram a histeria dos tabeladores como advertência de que a inflação está em alta, subirá mais ainda. Não é de admirar, portanto, que ajam em consequência...